

## A GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E A VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DOS AMBIENTES FLUVIAIS: O RIO MONDEGO

Norberto Pinto dos Santos  
Universidade de Coimbra

A gestão das bacias hidrográficas em Portugal é um instrumento dependente do Instituto da Água que tem em atenção uma perspetiva holística dos ambientes fluviais, através dos chamados Planos de Bacia Hidrográfica que definem orientações de valorização, proteção e gestão equilibrada da água no território. Sabemos que a gestão da água em Portugal nas suas principais bacias é internacional, o que coloca várias questões de gestão que se situam no âmbito do Direito Internacional, que não vão ser aqui debatidas.

A importância da Bacia do Mondego ancora-se em fatores e elementos diversos a explicar mas, também, no facto de ser a bacia com o maior rio inteiramente português.

As mudanças têm sido significativas e no rio Mondego especialmente marcantes, como se verá adiante. As intervenções e tomadas de decisão tiveram como linha orientadora o paradigma de sustentabilidade e da “Política Verde” ainda demasiado suportada por investimentos pouco autossustentáveis, mas que acaba por condicionar toda a política Ambiental da União Europeia e dos países que nela se agregam, como é o caso de Portugal. Neste caso é na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015, especialmente no seu ponto 4.3., *3º objetivo, Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural*, que encontramos a orientação para uma gestão integrada dos recursos hídricos, que tem em conta tanto as necessidades de uso como os constrangimentos ecológicos do ciclo da água nas condições biogeográficas concretas. Também aqui são referidas a importância do mercado da água e dos desperdícios no sentido da boa utilização e boa distribuição do recurso água.

Um outro importante instrumento é o Plano Nacional da Água, estabelecido de acordo com o artigo 28.º da Lei da Água, veículo de gestão da água, de natureza estratégica. Este plano promove a participação dos diferentes grupos de interesse, desenvolve o conhecimento, e promove a coesão, a sustentabilidade e a competitividade, garantindo a compatibilização dos interesses locais, regionais, nacionais e externos.

Esta leitura resulta da Diretiva-Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000), principal instrumento da política da União Europeia para o recurso água. Esta Diretiva-Quadro tem diversos objetivos, no seu horizonte temporal de 2015, de que se destacam a prevenção da degradação da qualidade das águas e proteção dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas deles diretamente dependentes e a promoção da utilização sustentável da água, associada ao consumo humano e as necessidades das outras atividades socioeconómicas, com redução progressiva da poluição provocada pelas descargas de substâncias perigosas. Nestes objetivos permitimo-nos descortinar intensões que em muito corroboram a importância da valorização da água enquanto recurso âncora para muitas atividades de âmbitos lúdico e turístico, associados a modos de animação específicos e intersectoriais.

No caso do Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego a *administração dos recursos hídricos depende das* Instituições da administração pública com competências diretas na gestão da bacia (sempre orientadas pela Direção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território do Centro) e de Outras entidades, sobretudo as ligadas aos principais setores utilizadores.

Para além da DRAOT Centro, outras entidades da Administração Pública têm ainda uma intervenção direta ou indireta nesta matéria, nomeadamente: o Instituto da Água, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (nas áreas com estatuto de proteção), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Delegação Regional do Centro do Ministério da Economia, a Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral, a Direção Geral das Florestas, a Direção Geral das Pescas, a Direção Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos. Junta Autónoma de Portos da Figueira da Foz, a Administração Regional de Saúde do Centro e as Câmaras Municipais.

No caso das outras entidades o tipo de utilizador predominante varia ao longo da bacia do seguinte modo: na zona alta da bacia, região da Serra da Estrela, predomina o utilizador hidroeletricidade; na zona média, predomina o utilizador autarquias, não só enquanto responsável pelo abastecimento às populações e pelas descargas de efluentes, como enquanto representante dos interesses das populações em termos de qualidade da água para recreio e lazer e ainda a agricultura; na zona do baixo Mondego, são determinantes os utilizadores do aproveitamento de fins múltiplos do Baixo Mondego, repartidos entre regantes, indústrias da pasta de papel, hidroeletricidade e câmaras municipais (PBHRM).

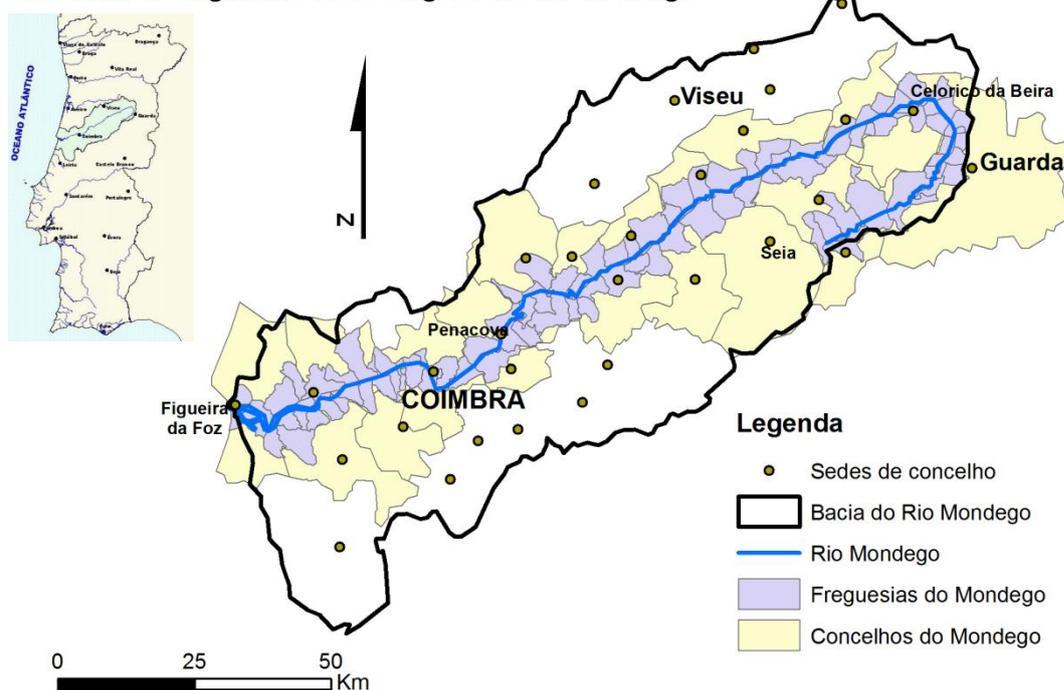
Procurando identificar os utilizadores e as suas organizações diretamente ligadas ao Planeamento e Gestão dos recursos hídricos no Mondego temos, assim: a EDP, os Municípios, a Associação da Indústria Papeleira, a Associação dos Beneficiários da Obra de Fomento Agrícola do Baixo Mondego, o INAG (enquanto dono e gestor do Aproveitamento do Baixo Mondego).

Importa ainda referir que a área do Plano de Bacia do rio Mondego (ver Figura) é de 6 645 km<sup>2</sup>, com a rede hidrográfica principal constituída pelo Mondego e seus principais afluentes de 1<sup>a</sup> ordem: o rio Dão, na margem direita e os rios Pranto, Arunca, Ceira e Alva na margem esquerda. Identificam-se um conjunto de obras hidráulicas de que importa salientar o Aproveitamento Hidráulico do Mondego (onde se incluem as barragens da Aguieira, Fronhas, Raiva e açude de Coimbra) e o Sistema Electroprodutor da Serra da Estrela.

Para melhor caracterizar o Plano de Bacia, aqui suporte físico para a constituição de um destino turístico, os principais núcleos populacionais são os das cidades de Coimbra (143400 pessoas residentes no concelho), Viseu (99275 pessoas residentes no concelho) e Figueira da Foz (62100 pessoas residentes no concelho). A população total residente nos concelhos banhados pela Bacia é de 832691 (Dados provisórios, Censos de 2011)

## Bacia Hidrográfica do Rio Mondego

### Concelhos e Freguesias com margens do Rio Mondego



### O Rio do Mondego enquanto destino turístico

O Rio Mondego (Martins, 1940) ancora um número muito significativo de recursos que, quando perspetivados em conjunto com os territórios ribeirinhos na sua bacia hidrográfica, apresenta um potencial de desenvolvimento local e regional de grande relevância. Às potencialidades hídricas, que contribuem para a produção de energia, para planos de regadio agrícola, para abastecimento de água às populações, é fundamental aliar a importância do rio no ordenamento territorial e na valorização do lazer, da animação e, mesmo, do turismo.

O rio Mondego nasce na Serra da Estrela, a 1 525 m de altitude, percorrendo 258 km até desaguar no Oceano Atlântico junto à Figueira da Foz. A Bacia está inserida entre as bacias dos rios Vouga e Douro a Este, a Norte, e entre as bacias dos rios Tejo e Lis, a Sul. A sua forma é retangular, com eixo principal na direção Nordeste – Sudoeste e a altitude média é da ordem de 375 m. As características mediterrânicas do clima dão ao rio um regime que pode ser definido como semi-torrencial com uma brutal variação de caudais de ano para ano e intra-anual. Em situação não condicionada, a proporção entre os caudais mais reduzidos de Verão e os caudais mais volumosos do Inverno no Rio Mondego, frente à cidade de Coimbra, pode atingir uma amplitude de 4000 (de 1 para 4000 m<sup>3</sup>/s).

Em tempos idos, as cheias e inundações no sector terminal do rio (no Baixo Mondego), deram-lhe a denominação de Basólias (fanfarrão) (hoje perenizados pelo nome dado a um barco de turismo que navega no Mondego entre a Ponte-Açude e a Portela), condicionaram a vida na cidade de Coimbra que passou a ter inscrita, na parte Baixa da cidade e no seu património monumental, a história das suas transgressões, como aconteceu com o Mosteiro de Santa Clara a Velha, hoje um dos ex-libris turísticos da cidade.

Os prejuízos enormes decorrentes das inundações, o assoreamento nos férteis terrenos agrícolas do Baixo Mondego e as queixas da população da cidade Baixa, centro comercial de referência, obrigaram a medidas integradas de intervenção que culminaram com o “Plano Geral do

Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego”. Terminado em 1985, este plano tem como obra fundamental a Barragem da Aguieira, cerca de 40 km a montante de Coimbra, a que se juntam as barragens da Raiva, Fronhas (Rio Alva) e Açude-Ponte de Coimbra.

Em termos turísticos, a marca Centro de Portugal, integradora da Bacia do Mondego, não tem sido capaz de agregar em torno de si as potencialidades turísticas e de criar uma homogeneidade de comunicação e imagem, num território que continua a precisar de valorizar a sua coesão. Começam a surgir elementos importantes associados à água como sucede, por exemplo, com o Museu da Água de Coimbra, a valorização da presença da barca serrana, a pista de remo do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, a ciclovia de ligação entre Coimbra e a Figueira da foz (em execução), o Museu do Sal da Morracedra, o Parque Verde do Mondego (obra Polis), os eventos ligados ao Arroz, à Lampreia e ao Sável, as praias fluviais de Ribamondego (Gouveia), Penacova, Palheiros/Zorro (Coimbra) e Pé Rodrigo. A juntar a tudo isto estão as formas únicas e as paisagens naturais que são também referência identidade, como sucede com a Livraria do Mondego. Temos a convicção de que é possível organizar em torno do Mondego e na sua bacia hidrográfica as condições para um posicionamento com a capacidade de expressar uma grande competitividade, ancorada numa forte identidade, na singularidade dos produtos e na inovação da sua gestão, tanto a nível territorial como sectorial. Isto porque, se bem que os espaços associados aos ambientes aquáticos de água doce apresentem, normalmente, os mesmos predicados e procurem desenvolver os mesmos produtos turísticos, importa construir uma imagem diferenciadora, identitária e particular para a Bacia do Mondego.

O posicionamento das marcas pelas Organizações de Gestão de Destinos (DMO's) é muito complexo e reveste-se de grande importância, segundo Pike (2004 e 2005) por cinco motivos fundamentais: os destinos devem ser entendidos multidimensionalmente, embora a eficácia se deva encontrar em mensagens sucintas centradas em uma ou poucas associações de marca; os interesses de mercado dos principais *stakeholders* são heterogéneos, especialmente quando há uma grande quantidade de pequenas e médias empresas (como no caso da Bacia do Mondego), daí a importância de definir uma multiplicidade de mercados geográficos para atrair um maior número de segmentos de clientela; as tomadas de decisão políticas podem potenciar ou tornar significantes boas iniciativas, sendo importante a existência de uma gestão envolvendo o público e o privado (parcerias); o equilíbrio entre o consenso da comunidade e o *branding* é difícil e as OGD (DMO'S) não têm controlo direto sobre a quota-parte do envolvimento da comunidade na promessa criada pela marca associada ao território, sendo fundamental que essa marca corresponda às experiências das populações locais; a fidelidade à marca é uma das pedras angulares do processo e é fundamental monitorizar e interagir com os visitantes no presente e ficar em contacto com os visitantes anteriores, sendo fundamental pensar num sistema que possa permitir essas monitorização e diagnóstico.

A discussão sobre a marca territorial da Região Centro está muito ligada aos polos de marca do Turismo Centro de Portugal (a Entidade Regional de Turismo), que define os polos Castelo Branco e Coimbra, associados à importância da centralidade urbana, marca pouco valorativa da diversidade territorial e inexpressiva e circunscrita em termos espaciais, e os polos Ria de Aveiro e Viseu/Dão Lafões, mais relacionados com a expressão territorial da marca que pretendem definir. Neste sentido, no caso concreto de Coimbra, é pertinente pensar neste território, em termos de marca, como uma relação entre a importância da centralidade e o significado da presença de um elemento físico marcante, abrangente e socioeconomicamente relevante. Assim, a marca Coimbra/Mondego revela-se mais expressiva, mesmo perante a transversalidade do elemento físico que é o Rio Mondego, agregador de outros polos, como é a Serra da Estrela.

É, contudo, importante referir que o Rio Mondego não tem sido tomado em consideração enquanto marca territorial (como acontece com a Ria de Aveiro ou com o rio Dão na ERTC) sendo

dada uma atenção menor à sua singularidade, à sua diversidade de recursos e territórios, ao seu papel de âncora de investimentos e eventos turísticos e de lazer, de geoturismo, de ecoturismo, de desportos associados à água e de turismo aventura. Marcando a vida quotidiana de centenas de milhar de pessoas, sendo responsável por paisagens naturais de grande beleza e originalidade e paisagens culturais resultantes das sinergias promovidas pelo ser humano no espaço em que vive, produz e consome (enquanto residente ou visitante), ao Rio Mondego e à rede fluvial que nele conflui é preciso dar uma atenção redobrada e um protagonismo ampliado. A sua importância no ordenamento territorial e na valorização do lazer e da animação (desportiva, musical, social e eventos em geral) e mesmo do turismo é inalienável.

Como afirmam Lootvoet & Roddier-Quefelec (2009) a água doce é um importante recurso turístico capaz de influenciar decisivamente a qualidade de um destino. O turismo fluvial, que designa todas as atividades ligadas à presença de água rios, canais, lagos, lagoas (práticas náuticas e aquáticas), cresce em significado social e económico (Damien, 2001), especialmente quando a análise passa por uma abordagem integrada e de cross-selling.

A água, especialmente aquela a que associamos limpidez e frescura (símbolo de pureza espiritual e fonte de vida para várias religiões), é fundamental para a valorização dos serviços de lazer e turismo em qualquer parte do mundo.

Os recursos hídricos são um ingrediente vital da paisagem rural, seja por prazer puramente visual ou para o apoio direto de atividades recreativas (Glyptis, 1991: 8), mas conquistam, hoje, um lugar especial também na organização, ordenamento e qualidade dos destinos urbanos, em Portugal.

Efetivamente, o percurso do Mondego é um manancial de experiências que podem ser entendidas como recursos turísticos. Sabendo-se da importância em criar novos mercados, novos produtos, novas experiências e participações para novos turistas que procuram a diferença e a identidade (segmentação, nichos e propostas alternativas), importa dar valor ao “novo turista” (Krippendorf, 1986 e Poon, 1993 e 1994). Qual a tipologia de oferta para este novo turista? Forçosamente, as temporalidades flexíveis, menores sazonalidades e preços competitivos a que temos que agregar serviços identitários (não massificados), atribuindo especial atenção às necessidades dos turistas consumidores, até porque estes são mais experientes, mais educados e formados, mais flexíveis, com preocupações ambientais, olhando para a cultura do destino como fazendo parte da experiência de férias (Martins, 2010, 50 e 51). A relação entre esta nova procura, orientadora de uma nova oferta, encontra no território do Mondego uma grande relevância.

Martins (2011) faz referência a um conjunto de abordagens em que identifica o rio industrial, o vitivinícola, o comercial, o intervencionado, a que associa atividades dominantes (os pastores, as queijeiras e os operários das fábricas de lanifícios; os molinheiros e os vinhateiros; os barqueiros, os construtores de barcos, as aguadeiras e as lavadeiras; os ferroviários, os construtores e os operários fabris; as mondadeiras, os pescadores e os marnotos). Esta leitura evidencia uma multifuncionalidade que transfigura um elemento físico da paisagem e o seu território de influência em destino turístico.

Assumindo uma relação supramunicipal e de interligação entre o litoral e o interior, entre a(s) montanha(s) e o(s) vale(s), entre o urbano e o rural, conseguir recriar este rio, nascido Mondeguinho, do granito, na berma da estrada que nos leva de Gouveia a Manteigas, ao longo de 227 Km até à Figueira da Foz, onde estuariza, num destino (elemento fulcral de qualquer sistema turístico) coeso e competitivo, será o resultado de um conjunto de processos que precisam da presença de elementos de suporte como as acessibilidades, a hospitalidade, a vontade política, as infraestruturas e o investimento (Ritchie & Crouch, 2003).

Com relevância geográfica, o destino envolve sempre uma interpretação bivalente: a dos autóctones/locais, de proximidade, vivida com todos os sentidos, embora algo enredada em insensibilidade resultante do contacto continuado; e a dos visitantes/turistas, a do simbólico

relacionado com o visual, que hoje o novo turista procura em experiência e participação, associada à novidade e à diferenciação. Todavia, na base da caracterização de qualquer destino está, apenas, a identificação de um território ou rosário de lugares onde um visitante pernoita com o intuito de apreciar algumas das propostas que os *stakeholders* promovem, sempre percebidas como experiências gratificantes de lazer (Leiper, 1990). Ainda assim, esta interpretação não complicada de destino turístico pode complexificar-se porque a organização dos destinos dificilmente evita uma leitura sistémica dos elementos em presença (Mill & Morrison, 1985)

O Mondego (Bacia) apresenta características muito distintas ao longo de toda a sua extensão e precisa de ser compreendido com as características de identidade, de diversificação e de sistema, atrás referidas. Esta diversidade motiva, na valorização turística, a identificação de áreas homogêneas, dentro da heterogeneidade geral, através de cinco áreas distintas (que vão ao encontro às Unidades Homogêneas de Planeamento abaixo referidas: a Bacia do Mondego (enquanto área de suporte integrando o espaço em estudo e uma área que podemos considerar de envolvimento); o alto Mondego (associado às maiores altitudes e aos territórios das cabeceiras do rio no seu percurso através da Serra da Estrela); o Mondego médio (coincidente com a Plataforma inclinada da Beira Alta); a região do Baixo Mondego (quando o rio se espraia pelos campos em vale aberto); e o Estuário do Mondego<sup>1</sup> (na sua foz, com a criação de ambientes de grande riqueza natural e com grande aproveitamento funcional por parte do ser humano).

Esta realidade encontra-se expressa no Plano de Bacia Hidrográfica que identifica quatro Unidades Homogêneas de Planeamento (UHP - Baixo Mondego, Médio Mondego, Alto Mondego, Mondego Montanhas) (PBHRM) baseadas em critérios associados à divisão administrativa, à análise espacial comparativa relativamente a aspetos socioeconómicos e de ocupação do território, acessibilidades, relevo, usos do solo, interioridade e proximidade ao litoral.

A riqueza patrimonial nas suas componentes cultural (material e imaterial) e natural, existente nas 5 unidades acima definidas, é superlativa neste território/destino. O património paisagístico e o resultante da atuação do ser humano sobre o espaço são elementos de atração e veículos de captação de segmentos de mercado importantes para a atividade turística, em função das suas características e especificidades próprias, levando à identificação de lugares singulares, com grande potencial para a prática turística na sua relação com os territórios fluviais.

Portanto, descobrir uma aldeia histórica, apreciar a paisagem de miradouros estratégicos, seguir os caminhos dos conventos e mosteiros, saborear o queijo da serra enquanto se ouve o relato da história do seu fabrico, provar o vinho nas adegas e quintas das terras do Mondego e do Dão (o grande afluente da margem esquerda), procurar a arqueologia pré-histórica, histórica ou industrial, utilizar a doçaria como rosário de lugares de visitaçao, contemplar a monumentalidade, experienciar a funcionalidade de antigos moinhos (no cimo das serras ou nas margens fluviais), apreciar o artesanato de tantos artesãos, saborear a gastronomia (da serra aos vales, do litoral ao interior, do urbano ao rural), olhar a flora e ver viver a fauna, são modo de participação que dão a este “destino” uma qualidade superior, expressa na orografia e no clima, na cultura e na história, na diversidade de atividades, nos eventos de todas as índoles e no entretenimento em geral, sempre com a marca Mondego como pano de fundo. O turismo de massas foi ultrapassado por uma nova revolução do turismo, marcada pelo sentido de responsabilidade, da sofisticação e da crescente procura da natureza e de culturas genuínas (Poon, 1993, citada por Moreira e Santos, 2010). Se esta perspetiva nos pode levar a pensar em alguma elitização de consumo, na verdade, este novo turismo encontra também modos de acesso a populações mais basistas. Um produto que tem sido crescentemente valorizado

---

<sup>1</sup> Estuário do Mondego foi classificado como sítio da Convenção de Ramsar (*Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente enquanto «Habitat» de Aves Aquáticas*) 1975. É a base para a cooperação internacional e ação nacional no sentido da conservação e uso sustentável das zonas húmidas e seus recursos.

pelo poder autárquico é o lazer balnear fluvial. As praias fluviais surgem hoje como uma alternativa ao turismo de sol e praia. Assim, o aproveitamento das potencialidades de áreas de banhos e recreio em ambientes aquáticos não marítimos torna-se um modo de democratização, através das atividades de lazer (Moreira & Santos, 2010).

Esta temática encontra eco na abordagem estratégica do PENT, assumida no Touring Cultural e no Turismo Natureza, com certeza, mas também em todas as suas outras tipologias, que podemos encontrar ao longo do curso e nos territórios do Mondego. Tal acontece também com a orientação que foi dada pelo programa Polis que definiu uma linha de ordenamento para os rios, em Portugal. Sabendo que o Tejo viu aprovado um Plano estratégico de intervenção de requalificação e valorização pelo Desp 5185/2010, DR 2ªS, N.º 57, 23/03/2010, entendemos que importa ver no Mondego esse planeamento, e entendê-lo como imprescindível para o ordenamento e aproveitamento turístico local e regional. Assim, o recurso hídrico surge moldado pelas populações dos núcleos ribeirinhos, importando construir uma paisagem natural e humana única e irrepetível, e constituí-la como elo de ligação entre pessoas e culturas. “Assim, pensar num rio acessível a todos, navegável, eixo de vida, de lazer e de turismo, torna-se essencial para dar a conhecer este valioso património” (Desp. 5185/2010, DR 2ªS, N.º 57, 23/03/2010).

Importa pois definir eixos estratégicos de ação de um MONDEGO DESTINO VIVO. Isto é possível através da valorização da navegabilidade, da identidade do património natural, da qualidade de um rosário de lazeres, da boa gestão de espaços de convivialidade, da competitividade do património cultural, da participação no saber-fazer associado ao rio (ecomuseologia e atividade económica), da projeção de desenvolvimento regional e local e da visão de sustentabilidade ambiental.

Assumindo que a água é um atrator fundamental para muitos turistas, é normal que os espaços aquáticos sejam identificados como principal motivação na escolha do destino, tornando os espelhos de água e as águas bravas no brilho maior na joia da paisagem (Patmore, 1983: 205). Aliás, os lazeres de beira-rio “ganham novos contornos e expressão de desenvolvimento. Por um lado, porque os lazeres são hoje um valor societal, para o que tem concorrido um vasto leque de fatores. Por outro, porque os lazeres e o turismo de sol e mar, tendo-se massificado apelam à emergência de alternativas, abrindo assim caminho para o desenvolvimento dos lazeres e turismos na beira-rio” (Cavaco e Simões, 1998: 200).

O interesse pelo desenvolvimento de atividades de lazer *outdoor* em ambientes aquáticos cresceu e diversificou-se. Efetivamente, “através da intervenção do poder local (concelhos e freguesias), isoladamente ou em conjunto com investimentos privados, é possível valorizar as potencialidades de lazer de espaços ribeirinhos que conjugam paisagens e ludismo aquático de modos completamente diversos dos que temos à beira-mar [e como complementos destes]. A oferta é muito diversa e a qualidade fica aquém da desejada. As bandeiras azuis são poucas, a qualidade dos serviços não é a ideal, as acessibilidades são muitas vezes difíceis (embora este possa ser um elemento qualificativo dos lugares de lazer aquático fluvial)” (Santos & Cunha, 2008, p. 213). Qualificar e potenciar estes recursos é fundamental.

As frentes ribeirinhas captam investimentos e promovem desenvolvimento. Isto sucede porque, para além do valor económico que envolvem são ainda capazes de assumir um grande valor imagético e simbólico que se arroga como marca territorial, em similitude com os centros de convenções, hotéis, espaços verdes de lazer, equipamentos culturais e de desporto, atribuindo ao território um valor acrescido significativo. Dada a dimensão interconcelhia dos rios, estes projetos constituem-se como estratégicos para o desenvolvimento regional (Simões e Vale, 2002).

Assumir aqui os propósitos do Programa Polis Rios parece-nos ajustado e central visto que radicam neles os nossos objetivos que passam pela valorização do património natural e paisagístico do Mondego; pelo aproveitamento das atividades económicas ambientalmente sustentáveis numa ótica de

competitividade local e regional; pela identificação do património ambiental e cultural ribeirinhos, enquanto elementos de qualificação e pela promoção de espaços destinados ao turismo e lazer; pela qualificação dos núcleos urbanos ribeirinhos, enquanto âncoras de visitaçao ao destino Mondego.

De modo específico, nestes propósitos importa incluir as atividades de turismo aventura, lazer ativo e desportos radicais. O rio Mondego e a sua bacia hidrográfica apresentam condições extraordinárias para a realização deste tipo de atividades com grande concentração de praias fluviais, como foi referido, mas também com lugares de prática de modalidades de desporto radical. Esta procura surge como uma tentativa de fuga à sociedade programada que nos orienta no sentido da uniformização dos consumos e dos usos, da funcionalização produtiva e da instrumentalização generalizada, capaz do controlo mais invasivo (Santos, 2011). A legislação vigente torna possível não só a qualificação como a certificação e, não menos importante, o conhecimento da oferta. O Turismo de Portugal assume a responsabilidade pela organização do Registo Nacional do Turismo (RNT), que conjuntamente com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) efetua a atribuição de licenças para atividades de turismo natureza.

Este turismo de risco/aventura, lazer ativo e desporto radical acontecem “em territórios que até aqui não tinham tido qualquer utilização lúdica massificada. Estão, em parte, fora dos eixos tradicionais de desenvolvimento e exploram o contacto direto com a Natureza” (Cunha & Cravidão, 2008: 133). O Rio Mondego é um palco privilegiado, tanto para este forte contacto com a Natureza, como para funcionar como eixo de desenvolvimento e atração.

Tomando o lazer em sentido lato, cada vez mais atividade organizada e planeada, no sentido que é referido por Stebbins (2006), importa entender os territórios do turismo do Rio Mondego como espaços de vida, lugares de percepção e representação e espaço vividos, onde o simbolismo e a morfologia espacial se combinam com a funcionalidade, dando expressão a modos vários de desenvolvimento.

### **Que programas podemos valorizar**

As potencialidades do Rio Mondego e da sua bacia são enormes e ainda pouco valorizadas e, claramente, pouco estruturadas, daí resultando uma fraca presença no mercado turístico. Importa, por isso, definir um plano de gestão, com um conjunto de programas, que possa transmitir a real expressão dos recursos turísticos disponíveis.

Os princípios básicos assentam numa proposta de conciliação sinérgica entre a gestão territorial, dando especial ênfase à relação entre os ambientes fluviais e as paisagens culturais que lhes estão associadas, e o marketing de destinos turísticos, numa perspetiva geográfica. Importa que o estudo seja centrado na identidade dos lugares, na sua organização socio-espacial, nas políticas que orientam o seu desenvolvimento e na competência dos grupos de interesse que atuam no território.

De uma forma mais específica, pretende-se atingir uma qualidade de investigação, planeamento e desenvolvimento de atividades de base territorial.

O intuito é a criação de processos operativos que tenham em conta a salvaguarda e valorização dos recursos e dos elementos patrimónios locais e regionais (naturais, culturais, monumentais e imateriais) para atividades de lazer e de turismo, dando especial atenção ao *touring* paisagístico, ao *geoturismo*, ao *ecoturismo* mas também ao *touring* cultural, ao turismo de eventos, ao turismo religioso, ao turismo rural, ao turismo aventura, ao turismo de gastronomia e vinhos

Criar uma proposta de gestão baseada num conhecimento científico interdisciplinar é fundamental. Assim será possível garantir uma transferência de saber e uma partilha de conhecimentos entre o saber académico, o saber técnico e o saber político, que promova uma governança articulada e eficaz, com sensibilização de diferentes atores (económicos, sociais, políticos; públicos e privados)

para a gestão integrada das atividades turísticas e, ao mesmo tempo, para acautelar a vulnerabilidade das populações ribeirinhas e a suscetibilidade do Rio Mondego enquanto elemento físico.

### **Como fazer**

Do ponto de vista metodológico, é preciso valorizar uma abordagem multi-escalar e multidisciplinar, assente em modos de investigação e operacionalização dinâmicos e coesos. Esta implica a recolha de informação através de trabalho de campo; levantamento estatístico e cartográfico; lançamento e tratamento de inquéritos às populações locais, aos turistas e aos utentes dos diferentes equipamentos de turismo e lazer; lançamento e tratamento de entrevistas aos decisores locais, aos agentes turísticos e aos gestores das diferentes infraestruturas de turismo e lazer.

A criação de um modelo de gestão turística do Rio Mondego é indispensável, com a inclusão de: bases de dados (património; praias fluviais; áreas protegidas; empreendimentos turísticos; *stakeholders*, etc.) e Sistema de Informação Geográfica para o Território Mondego, com cartografia digital atualizável sobre os diferentes temas em tratamento e com modelação dos principais impactes, conflitos e modelos de desenvolvimento turístico.

Um processo com estas características precisa de um plano de difusão e divulgação da informação para os diferentes atores nacionais, regionais e locais, para o mundo académico, para a população em geral e para instituições internacionais.

Este aspeto deve integrar a constituição de um Observatório do Mondego com especial enfoque no turismo e na natureza e o estudo de uma proposta que permita contribuir para a criação do Passaporte Mondego que permitirá aos seus utentes usufruírem de benefícios em serviços e comércio, através de descontos e promoções, de forma a desenvolver a fidelização e a reduzir a sazonalidade.

O Rio Mondego, elemento físico fundamental, associado ao recurso água do Portugal Central, é muito mais do que uma marca da paisagem e ex-libris territorial. Efetivamente, apresenta uma geometria variável de espaços de vida e é um elemento de coesão territorial e atributo principal de paisagens culturais de grande valor, tanto material como imaterial, sem dúvida capaz de se assumir como elemento de atratividade e destino de visitantes e turistas, ao mesmo tempo que se mantém como referência na produção de energia, no abastecimento de água para a população e empresas, nos planos de regadio e no ordenamento do território.

### **Bibliografia**

- Cavaco, C., Simões, J. M (2009) **Turismos de nicho: uma introdução**. In José Manuel Simões & Carlos Cardoso Ferreira *Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios*. Centro de estudos Geográficos, Lisboa: 15-39.
- Cavaco, C., Simões, J. M. (1998) **Água: desenvolvimento e bem-estar**. Ministério da agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.
- Cunha, L. S. & Cravidão, F. D. (2008) **‘Notas para uma geografia dos desportos radicais no Centro de Portugal**. In Norberto Pinto dos Santos & António Gama *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra: 131-144.
- Damien, M.-M. (2001) **Le tourisme fluvial**. Que Sais-je ? PUF, Paris.
- Glyptis, S. (1991) **Countryside recreation**. Longman, London.
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/>
- Krippendorff, J. (1986) **The new tourist – turning point for leisure and travel**. *Tourism Management*, 7 (2), 131-135.
- Le Breton, D. (2002) – **Conduites à risque**, Presses Universitaires de France, Paris.

- Leiper, N. (1990) **Tourism attraction systems**, *Annals of Tourism Research*, 17 (3), 367-384.
- Lootvoet, M. & Roddier-Quefelec, C. (2009) Medstat II: **‘Water and Tourism’ pilot study (online)**. European Commission, Luxembourg, disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-78-09-699/EN/KS-78-09-699-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-78-09-699/EN/KS-78-09-699-EN.PDF) (acedido em 10 de abril de 2012)
- Martins, A. N. (2011) **Projeto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego; revisitações da paisagem cultural ribeirinha**. Mestrado Arquitectura – especialidade Planeamento Urbano e Territorial, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Martins, I. (2010) **Gestão estratégica da sazonalidade em turismo: o caso de Aveiro**, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Departamento, DEGEI, Universidade de Aveiro.
- Mill R. C. & Morrison, A. M. (2009) **The tourism system**, Iowa, Kendall Hunt, 1º ed. 1985
- Ministério da Economia (2007) **Plano Estratégico Nacional do Turismo**, PENT.
- Moreira, C. & Santos, N. P. (2010) **New opportunities for water environments: River tourism and water leisure activities**. In Henriques, E. B et al. (eds.) *Water Tourism*, CEG, Lisboa.
- Patmore, J. A. (1983) **Recreation and resources. Leisure patterns and leisure places**. Blackwell, Oxford.
- PBHRM - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego - [http://www.arhcentro.pt/website/OLD\\_Plan.\\_Bacia\\_Hidrogr%C3%A1fica/PGH\\_-\\_Rio\\_Mondego.aspx](http://www.arhcentro.pt/website/OLD_Plan._Bacia_Hidrogr%C3%A1fica/PGH_-_Rio_Mondego.aspx), consultado em 25 de Abril de 2012.
- Pike, S. (2004). **Destination Marketing Organisations**. Oxford: Elsevier.
- Pike, S. (2005). **Tourism destination branding complexity**. *Journal of Product & Brand Management*. 14(4): 258-9. Accessed from <http://eprints.qut.edu.au> Copyright 2005 Emerald (consultado em Abril de 2012)
- Poon, A. (1993) **Tourism Technology and competitive strategies**, Wallingford: CAB International.
- Poon, A. (1994) **The ‘new’ tourist revolution**. *Tourism Management*, 15 (2), 91-92.
- Registo Nacional do Turismo, Turismo de Portugal, <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx> (acedido em 10 de Abril de 2012)
- Ritchie J. R.B. & Crouch, G. I. (2006) **The competitive destination. A sustainable tourism perspective**. Oxfordshire: CABI Publishing.
- Santos, N. P. & Cunha, L. (2008) **Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal**. In Norberto Pinto dos Santos & António Gama (Coord.) *Lazer da libertação do tempo à conquista das práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra: 209-225.
- Santos, N. P. (2011) **Desvios e regras nos territórios do quotidiano**, In Soares, Carmen *et al. Norma e Transgressão II*, IUC, Coimbra.
- Santos, N. P., Cravidão, F. & Cunha, L. (2010) **Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território**. *4to Congreso Latinoamericano de Investigación Turística* Espacio Turístico y Medio Ambiente. Montevideo, Uruguay.
- Simões, J. M. & Vale, M. (2002) **Valorizar e fruir o Tejo: uma aposta estratégica da região de Lisboa e Vale do Tejo**. *Sociedade e Território*, 33: 108-122.
- Stebbins, R. (2006) **Serious leisure**. Transaction Publishers, Somerset.